BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS (*)

A QUESTÃO DO SOCIALISMO (**)

Tempos houve, recentes, em que o processo sócio-político português passou ou pareceu passar por uma fase de grandes opções. Hoje estamos nitidamente numa fase de pequenas opções que, de tão pequenas, mais parecem configurar uma fase de impasse.

No entanto, dado o carácter contraditório e complexo dos processos sócio-políticos nas sociedades contemporâneas, é possível que cada uma destas fases transporte, ou tenha transportado, em si o seu duplo. Assim, em pleno período revolucionário, na sombra da transição (ou transições) para o socialismo (ou socialismos), caminhou a transição para a recomposição do capitalismo português. No período que se seguiu, depois de 25 de Novembro de 1975, é certo que, na sombra da transição para o pragmatismo social-democrático, caminhou a reconstituição de uma classe política capaz de conduzir o projecto, já então definido, de capitalismo associado dependente. E hoje, em plena fase de impasse, é bem possível que a consolidação desse projecto e da ordem política em que assenta transporte na sua sombra a constituição de um amplo espaço ideológico, político e cultural onde, pela primeira vez na história recente do país, seja possível à esquerda pensar o futuro sem ser em termos de tomada de poder.

(*) Professor Associado da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

(**) Este texto é provisório. Resulta de uma discussão e aspira a ser o ponto de partida para outras discussões mais amplas. Como tenciono preparar a sua versão definitiva, solicito a todos os leitores da *Revista Crítica* que me remetam por escrito os comentários que acharem por bem fazer à presente versão do texto. Além disso, estou disposto a participar em debates que pretendam discutir os temas aqui tratados.

Se assim for, é então possível que a fase de impasse o seja apenas para as forças que hoje detêm o poder no nosso país e não também, como tem acontecido, para as forças que estruturalmente se lhe opõem. O texto que se segue assenta na crença dessa possibilidade e procura reforçá-la.

De que partimos?, que o mesmo é perguntar: que riscos corremos?

A medida dos perigos decorre da análise da realidade internacional e interna. A insistência excessiva, e por isso abstracta, do pensamento crítico e sobretudo marxista no diagnóstico de sucessivas crises cada vez mais profundas e definitivas do sistema capitalista mundial, acabou por desacreditar o conceito de crise, transformando-o num dos arquétipos ideológicos do discurso pretensamente científico-crítico ou revolucionário. Por reacção, tem-se em tempos recentes caído no excesso oposto de ver em tudo a capacidade de sobrevivência e de expansão do capitalismo, o que, para além de assentar igualmente em pressupostos ideológicos, conduz a uma atitude política quietista ou mesmo apologética. No curto circuito histórico do nosso país nos últimos sete anos, vimos operar sucessivamente as duas concepções, e muitas vezes nas mesmas pessoas, grupos, ou organizações.

Por cima destes exageros é forçoso reconhecer que os países capitalistas centrais, em especial os europeus, atravessam um período difícil, um período de crise que, como não podia deixar de ser, se repercute com particular gravidade na classe operária e na pequena burguesia com rendimentos fixos.

Ao contrário do que geralmente se pensa, essa crise só marginalmente assenta na subida dos preços do petróleo. A chamada crise da energia foi provocada, não para beneficiar os países árabes — cujos benefícios são menos reais que fictícios e, em qualquer caso, só de curto prazo —, mas para produzir um reajustamento ou deslocação nos centros de reprodução do capital e, em última análise, uma reformulação do processo de acumulação julgada necessária para a estabilização a médio prazo do sistema capitalista mundial. A crise do petróleo foi, portanto, «funcional» para este sistema no seu todo, ainda que alguns ramos industriais (por exemplo, indústria automóvel) ou áreas (a Europa) tenham sido prejudicadas pelas alterações produzidas. A crise do petróleo visou, no fundo, adiar uma outra, essa, sim, grave e antiga, cuja superação, mesmo do ponto de vista capitalista, pressupõe transformações bem mais profundas.

Essa crise assenta na mudança de estrutura da economia mundial nas duas últimas décadas e no consequente fim da ordem económica internacional estabelecida no pós-guerra. Os momentos principais desta mudança estrutural são os seguintes: rápido aumento da mobilidade dos factores de produção; constituição das empresas multinacionais em elemento básico da economia mundial; profundas alterações na oferta mundial da força de trabalho.

O aumento da mobilidade dos factores de produção deve-se a uma série de desenvolvimentos técnicos e organizacionais. Entre eles destacam-se: a tecnologia dos transportes (contentorização, carga aérea, etc.); sistema internacional de telecomunicações; técnicas de gestão; rápido progresso na taylorização do processo produtivo através do qual produções altamente complexas são fraccionadas em fases de produção extremamente simples, tendo como consequência, hoje genericamente reconhecida, a «polarização das qualificações» (trabalho cada vez mais especializado ocupando cada vez menos gente contraposto a trabalho cada vez mais simples ocupando cada vez mais gente).

Para além destes desenvolvimentos, há que ter ainda em conta as estruturas transnacionais capazes de garantir a mobilidade internacional do capital: Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial, uniformização das medidas e normas industriais, convergência dos sistemas de ensino e de formação profissional, etc.

As empresas multinacionais (EMUS) são a consequência natural da tendência para a concentração do capital. Isto, porém, não basta para dar conta do papel que elas hoje desempenham na economia mundial. Para isso é necessário enumerar as múltiplas vantagens que as EMUS oferecem para a consolidação do sistema capitalista internacional. Entre elas destacam-se: diminuição da insegurança (quer para o produtor, quer para o consumidor) do mercado de produtos de alta tecnologia, sobretudo dos que envolvem vultosos investimentos em investigação e desenvolvimento; fuga às barreiras nacionais à exportação e à importação; utilização de vantagens produtivas locais, deslocando, por exemplo, para os países periféricos ou «em desenvolvimento» as produções trabalho-intensivas e deixando nos países centrais as produções capital-intensivas; seguro contra as nacionalizações.

As vantagens das EMUS concentram-se nas indústrias capital - intensivas e investigação/desenvolvimento - intensivas, onde é muito importante a sincronização dos desenvolvimentos parciais e a segurança da procura. A integração vertical operada pelas EMUS permite a distribuição multinacional das diferentes fases de produção em função das diferentes combinações de factores de produção usados em cada uma delas, utilizando ao máximo as diferenças internacionais dos preços desses factores.

Pela sua superioridade organizacional e pelo número elevado de postos de trabalho com que sempre jogam, as EMUS são o exemplo mais dramático do controlo do aparelho político por uma fracção da burguesia, paralisando o estado na sua defesa eventual de outras fracções da burguesia, o que por vezes causa fricções entre as EMUS e o estado nacional. Para além das vantagens no controlo da política económica nacional e das subvenções estatais, uma das demonstrações mais importantes da superioridade organizacional das EMUS reside na sua fuga aos impostos através da transferência de preços no seio da empresa por mecanismos altamente complexos, imperscrutáveis para os serviços fiscais dos estados onde laboram ou onde têm a sua sede. Em relação aos sindicatos nacionais, as EMUS têm entre outras, a vantagem de negociar os contratos de trabalho com a chantagem da ameaça da transferência da produção para outro país que ofereça condições mais favoráveis.

Por último, uma breve referência às *alterações na oferta mundial de força de trabalho*. Os países periféricos ou «em desenvolvimento» constituem hoje um exército de reserva industrial quase ilimitado e à escala mundial. Calcula-se entre 200 a 250 milhões o número de desempregados registados nesses países, isto é, um número superior ao dos postos de trabalho no mundo capitalista no seu todo. A nova mobilidade do capital e em geral dos factores de produção acima referida permite às empresas dos países centrais deslocar as suas produções, ou parte delas, para os países que melhores vantagens relativas ofereçam. A vantagem principal oferecida pelos países em desenvolvimento são os baixos salários e daí a transferência para estes países das produções que envolvem muita mão de obra. Mas, para além dos baixos salários (nos países em desenvolvimento os salários são 6—20% dos salários da Alemanha Federal), os países em desenvolvimento oferecem ainda outras vantagens ligadas à força de trabalho: diminutas regalias sociais dos operários (do seguro contra acidentes de trabalho à assistência na doença e às pensões de reforma) e

«paz no mundo do trabalho», obtida pela opressão brutal da classe operária e das classes populares em geral. Na maioria destes países não são permitidos sindicatos livres ou, pelo menos, não são permitidas as greves (ou só o são com grandes restrições). Acresce que em muitos desses países se criam zonas livres de produção e comércio com condições «ideais» para submeter a classe operária a um regime quase militar.

CONSEQUÊNCIAS NOS PAÍSES CENTRAIS DAS ALTERAÇÕES NA ESTRUTURA DA ECONOMIA MUNDIAL

Haverá agora que perguntar pelas consequências sócio-políticas deste processo nos países centrais. A década de sessenta foi ainda um período de afluência nos países centrais. Foi também um período de grande contestação social e sobretudo um período em que, ao lado das formas tradicionais de contestação de classe, organizadas pelos sindicatos, surgiram novas formas (com conexões e desconexões equívocas com as primeiras), envolvendo outros grupos sociais (estudantes, minorias étnicas, mulheres) e outros esquemas organizacionais (associações, movimentos, campanhas). As reivindicações no seu conjunto variaram de âmbito, mas tenderam em geral a não se limitar à esfera económica (lutas salariais). Lutou-se pelo desmantelamento do complexo militar-industrial, pela eliminação das diferentes formas de discriminação social, pelo bem-estar social e pela qualidade de vida das classes trabalhadoras e lutou-se sobretudo pela democratização da vida colectiva, pela participação activa nos processos de decisão nas fábricas, nas burocracias, nas escolas, nas famílias. Este vasto movimento de contestação social foi expressão de (e aprofundou) uma grave crise de legitimação do estado capitalista à qual este respondeu invariavelmente com o aumento das despesas públicas, com nova legislação social, com a criação de novas estruturas burocráticas, enfim, com a expansão da máquina do estado. Esta expansão não só foi suportada pela estrutura económica em fase de expansão como lhe foi propícia pelas alternativas que criou à realização do capital.

No início da década de setenta, a conjuntura económica começou a inverter-se, com a perda de ritmo de crescimento acompanhada por elevadas taxas de inflação. Foi o resultado de muitos factores, diferentes de país para país, mas foi em geral o resultado dos efeitos de curto prazo da restruturação então operada do processo de acumulação a nível mundial,

com a chamada crise do petróleo e o alargamento da escala de multinacionalização do capital. O desemprego estrutural aumentou (atingindo sobretudo os candidatos ao primeiro emprego) e os salários reais tenderam para a estagnação, o que obrigou a transformações nas estratégias sindicais que, das lutas políticas (controlo operário, por exemplo), em breve passaram para as lutas salariais e daí para as lutas pela segurança dos postos de trabalho. O estado viu-se incapaz de fazer face às despesas (de bem-estar, por exemplo) resultantes da expansão do período anterior e a crise fiscal instalou-se. A expansão do estado deixou, portanto, de ser funcional para a reprodução da estrutura económica em fase de recessão. A Comissão Trilateral, que a si mesma atribui o papel de zelar pela estabilidade das sociedades capitalistas e, portanto, pelas garantias do processo de acumulação capitalista a nível mundial, em breve traçou o diagnóstico e a terapêutica. Em relatórios e livros, sobretudo depois de 1975, ressaltam duas recomendações. Por um lado, o estado expandiu-se desmesuradamente, usurpando, sem qualquer benefício colectivo, áreas de acção social que tradicionalmente pertenceram à sociedade civil e que esta está melhor vocacionada para gerir; há pois que devolver à sociedade civil o que legitimamente lhe pertence, o que terá por resultado a diminuição das despesas públicas e a retracção do estado. Por outro lado, a própria forma política do estado sofreu alteração com a excessiva democratização da vida social produzida pela concessão sem precedentes de direitos sociais; há que eliminar esses excessos, combinando a forma política democrática com «uma dose saudável de autoritarismo».

Conclui-se, assim, que os estados capitalistas centrais se encontram à beira de uma nova crise de legitimação. E como a resposta não pode ser a que foi dada no período anterior, ou seja, a expansão pródiga do estado de bem-estar, outras respostas deverão ser dadas e têm de facto vindo a ser dadas. Entre elas devem ser salientadas as seguintes. Em primeiro lugar, com incidência económica mais directa, têm vindo a ser reduzidas ou eliminadas algumas regalias sociais e outras, como os seguros sociais, têm vindo a ser privatizadas (desmantelamento dos serviços nacionais de saúde e sua substituição por empresas seguradoras privadas), o que dá azo a que se possa falar de uma certa privatização do estado social. Em segundo lugar, com uma incidência político-ideológica directa, tem vindo a assistir-se, nas mais diferentes áreas de acção estatal, a uma série de reformas administrativas que convergem na tentativa de envolvimento dos cidadãos nas tarefas da administração. As medidas vão desde a descentralização do estado, com a maior participação dos cidadãos na administração local, e a criação de estruturas comunitárias de assistência e de controlo social, até uma certa informalização e desprofissionalização do sistema judiciário. Por último, com incidência político-repressiva directa e aparentemente em contradição com as medidas acima mencionadas, têm vindo a acentuar-se certas características autoritárias da dominação política capitalista: a ineficácia crescente dos canais da representação e a consequente desertificação política dos parlamentos; a hipertrofia do controlo técnico-burocrático, quer dentro dos aparelhos de estado, quer no próprio processo de trabalho nas fábricas; a militarização crescente das forças da polícia com vista a combater eficazmente os inimigos internos.

A lógica das medidas só é captável no conjunto de todas elas, já que todas visam resolver a crise de legitimação do estado numa fase de recessão. As medidas económicas visam resolver directamente a crise fiscal do estado, enquanto as medidas político-ideológicas, sem deixarem de desempenhar também esse objectivo (na medida em que a participação dos cidadãos faz baixar os custos da administração), procuram simultaneamente compensar ideologicamente a crise de legitimação resultante do corte das despesas de bem-estar. Através do envolvimento dos cidadãos nos escalões mais baixos da administração, o estado reproduz os ideais e os símbolos da participação popular, da solidariedade, do comunitarismo, da paz e da estabilidade. Esta reprodução constitui em si uma expansão do estado, ainda que diferente da do período anterior. Enquanto antes o estado se expandira pela produção de bens económicos, agora expande-se pela produção de bens simbólicos. É por isso também que estas medidas só aparentemente constituem uma devolução à sociedade civil das tarefas administrativas do estado, já que o processo de descentralização é altamente centralizado. Ou seja, o estado expande-se sob a forma de sociedade civil. Trata-se, pois, de uma estratégia de legitimação dotada de grande fragilidade e é por isso que pressupõe um incremento paralelo do autoritarismo veiculado pelas medidas político-repressivas. Mas estas, por sua vez, para não agravarem em vez de atenuarem, como pretendem, a crise de legitimação, têm de ter uma referência democrática. Daí que o novo autoritarismo (ou neo-corporativismo como já se lhe tem chamado) seja compatível com a manutenção da democracia política, tanto mais que certos tipos mais anti-democráticos de controlo dos cidadãos podem ter lugar fora da esfera formal do estado: a criação de polícias privadas e de agências de vigilância, os bancos de dados sobre a vida pública e privada dos cidadãos. Em sentido pouco rigo-

roso, pode dizer-se que se assiste a uma certa privatização do fascismo (a reprodução por contrato de formas fascizantes de dominação).

Nestas circunstâncias, a manutenção das tensões sociais em níveis toleráveis torna-se precária e é isso que confere ao poder político nos países capitalistas centrais a actual instabilidade.

CONSEQUÊNCIAS NOS PAÍSES PERIFÉRICOS DAS ALTERAÇÕES NA ESTRUTURA DA ECONOMIA MUNDIAL

É muito difícil estabelecer em geral as consequências nos países periféricos das alterações das duas últimas décadas na estrutura da economia mundial, dada a grande heterogeneidade das suas formações sociais. Para os efeitos que mais nos interessam, haveria, por exemplo, que distinguir entre países tradicionalmente considerados do terceiro mundo e os países da chamada periferia europeia, tais como Portugal, Espanha, Grécia, Irlanda, Islândia e Finlândia. Muito em geral, pode dizer-se que as novas formas de multinacionalização do capital vieram demonstrar que a manutenção das relações de dependência é compatível com elevados níveis de industrialização, ao contrário do que anteriormente se cria. Por outro lado, no processo da sua penetração, o capital multinacional tece novas e complexas alianças (e por vezes também conflitos), não só com as diferentes fracções da burguesia nacional, como também, e sobretudo, com o próprio estado nacional directamente. Agindo cada vez mais em nome próprio (ou seja, em nome de uma materialidade dificilmente redutível aos interesses de qualquer fracção específica da burguesia nacional), o estado periférico assume um papel cada vez mais preponderante no processo de acumulação de capital e dá origem a formações sociais, económicas e políticas novas. As desarticulações e rearticulações que daí resultam para a economia nacional não são o produto de um projecto de desenvolvimento autónomo; representam tão-só o impacto nacional (mais ou menos criativamente assumido) da produção a nível mundial das garantias (em mutação constante) da ordem capitalista internacional. As condições em que se têm dado as novas formas de politização do processo de acumulação encontraram nos regimes ditatoriais a matriz política mais adequada à sua reprodução, o que se concretizou em geral na década de setenta. O agravamento das condições de reprodução da força de trabalho (degradação dos salários reais e dos benefícios sociais) e o aprofundamento das desigualdades sociais

fizeram com que só pela repressão brutal se pudesse manter a «paz laboral» particularmente exigida por um processo de industrialização relativamente acelerado. Assim se obteve o esmagamento social e político das classes populares que nas décadas anteriores tinham grangeado, através de soluções populistas várias, uma participação, ainda que escassa e em nome alheio, no exercício do poder político (veja-se, por exemplo, o caso do Brasil). Os novos regimes ditatoriais tenderam, no entanto, a ter uma estrutura política bastante distinta da dos que os precederam na história cruel de muitos destes países. A violência de sempre sobre as classes trabalhadoras foi associada à emergência de um novo grupo social, encarregado da gestão das actividades produtivas do estado e em geral da planificação e execução das regras de jogo do capital multinacional dentro das fronteiras nacionais. Esta nova tecnocracia estatal (e sobretudo os pressupostos e condições da sua actuação) criaram novas formas de dependência para a burguesia nacional em relação ao estado nacional.

No domínio das transformações políticas (aqui sobretudo, mas também em outros domínios) é necessário tratar especificamente a situação dos países da periferia europeia, alguns dos quais se libertaram precisamente na última década de períodos mais ou menos prolongados de regime ditatorial (Portugal, Espanha e Grécia). Nestes países verificaram-se recentemente transformações, mais ou menos profundas, nas condições de acumulação do capital, sobretudo em virtude das alterações, mais ou menos significativas, na relação capital/ /trabalho. Concomitantemente, desarticularam-se, mais ou menos profundamente, as posições que esses países ocupavam no quadro da reprodução capitalista a nível mundial e o processo (e o sentido) da necessária restruturação constituem hoje a questão política de maior premência e é objecto das lutas de classe mais decisivas, tanto em termos de conflitos interclassistas, como em termos de conflitos intraclassistas. Daí que os projectos sociais e políticos destes países se apresentem, neste momento, bastante vagos, incoerentes e instáveis. Em geral, pode dizer-se que, atraídos pelo modelo social-democrático hoje dominante na Europa capitalista (no âmbito da qual sempre se moveram contraditoriamente, quer a nível económico e social, quer a nível político e cultural), estes países procuram definir um projecto que poderíamos designar da social-democracia dependente e em que se tenta combinar alguns traços da repartição do produto típicos da social-democracia europeia com o achatamento geral (mas internamente diferenciado) na base da pirâmide dos rendimentos, ou seja com a degradação relativa do nível de vida de amplas camadas

da classe operária e da pequena burguesia com rendimentos fixos. Trata-se de um modelo político altamente instável e contraditório que, ao contrário do que sucede nos países centrais, tende a manter os conflitos e as tensões sociais mais próximos da ruptura do que do compromisso institucional estável. A contas com uma crise permanente de legitimação (de múltiplas origens) e incapaz de se expandir materialmente — a isso obsta a crise fiscal que comanda, por exemplo, a degradação progressiva dos serviços nacionais de saúde e de educação — ou simbolicamente — o que tem a ver com a longa socialização das populações em formas fascizantes do poder político — o estado tende a ver no aumento da repressão e da violência (física e simbólica) a única alternativa para o controlo dos conflitos sociais em constante processo de agravamento. A dinâmica autoritária de exclusão está assim presente (quiçá de forma mais intensa que nos países centrais) e tende a sobrepujar a dinâmica social-democrática da participação limitada no bloco do poder.

A análise precedente não pretendeu caracterizar especificamente a situação dos diferentes países, de Portugal por exemplo, e por isso se manteve a um certo nível de abstracção e de generalização. A esse nível se deverá manter a discussão, dela decorrente, na secção seguinte.

Para onde vamos? Com que armas? Em que companhia?

A CRISE DO PARADIGMA

Não há meio «científico» de prever para onde vamos, pelo que a utopia é constitutiva de qualquer pensamento de transformação social. Para o ser autenticamente, a utopia tem de assentar numa análise cuidada e realista das condições presentes. Esta, por sua vez, terá de ser profunda no plano teórico e diversificada no plano analítico. E terá, sobretudo, de ser subtil e flexível de modo a dar conta das transformações constantes, e cada vez mais rápidas, das condições de acumulação capitalista, tanto a nível mundial como a nível nacional. A teoria marxista, que continua a ser um instrumento fundamental no pensamento de transformação social, não tem sabido dar conta dessas transformações enquanto processos sociais novos, procurando antes concebê-los como variações epifenoménicas das transformações ocorridas em períodos anteriores. Isso tem dado azo a que por vezes se fale, com intuitos frequentemente nada científicos, na crise do marxismo. A solução, porém, não está em renunciar ao

marxismo, porque se a crise existe, ela é afinal a manifestação local (e especificamente condicionada) da crise bem mais ampla de todo o pensamento social europeu. Qualquer alternativa terá dificuldades em dissolver as preocupações teóricas, a menos que sob estas se acoitem outras preocupações simultaneamente mais radicais e mais comezinhas, como, por exemplo, a de renunciar totalmente à aspiração da transformação da sociedade no sentido do socialismo. Não sendo este o caso, parece-me mais correcto procurar enriquecer, sem dogmatismos nem sectarismos, a teoria marxista, fertilizá-la com os resultados científicos de outras tradições teóricas, numa atitude científica pluralista, ainda que não ecléctica, e sem abrir mão da lógica (que não apenas das categorias) da teoria marxista (para o que terá de atender-se a condições tão diferentes como o nível cultural dos participantes em debates democráticos cada vez mais amplos e a materialidade das condições políticas de cada país). Há que restituir à teoria marxista o seu carácter inacabado, conferir-lhe maior amplitude analítica e maior flexibilidade teórica, libertá-la definitivamente dos fantasmas que durante demasiado tempo a pretenderam agrilhoar a sistemas políticos sem futuro.

Ao contrário do que vai sendo moda dizer-se em Portugal e na Europa (tanto na ocidental, como na de leste, entre grupos dissidentes), há hoje razões para pensar que, se de crise do marxismo se trata, há bons indícios para a sua superação. A materialidade política e social de tais indícios reside em grande parte na crise cada vez mais nítida do modelo de socialismo burocrático vigente em geral na Europa de leste, ainda que com grandes diferenças de país para país.

Pela primeira vez na história contemporânea, surgem simultaneamente em crise os dois modelos dominantes de desenvolvimento, o modelo capitalista e o modelo socialista de estado. Esta ocorrência é já hoje um facto político de primeira importância e será amanhã um facto teórico e científico também de primeira importância, sobretudo se os cientistas sociais e intelectuais socialistas dos países do leste europeu forem capazes de estabelecer um diálogo sério com o marxismo ocidental e não apenas com as correntes mais conservadoras (e há muito mortas) do pensamento burguês europeu.

A análise feita na secção precedente procurou sugerir que o modelo capitalista de desenvolvimento se encontra num impasse, do qual procura sair por meio de soluções autoritárias que não farão mais do que agravar a actual crise de legitimação e que, devidamente expostas pelas forças socialistas, pode-

rão mesmo provocar uma crise de hegemonia, ou seja, uma crise em que, além de as soluções políticas e sociais do estado capitalista deixarem de ser objecto de um consenso alargado (o que se cumpre na crise de legitimação), seja possível pensar, fora da utopia abstracta ou da loucura, uma alternativa política e social radicalmente diferente e traduzida em acções políticas organizadas. O impasse do modelo é visível nas múltiplas variantes históricas e, nomeadamente, na variante social-democrática a qual, depois de 1918 e durante muito tempo, se arvorou em alternativa socialista, o socialismo democrático, e que, podendo e devendo tê-lo sido (porque o socialismo ou é democrático ou não é socialismo), não o foi e antes se converteu na expressão histórica da inviabilidade de um projecto socialista alternativo ao projecto socialista do estado entretanto consolidado.

Sucede, porém, que o modelo socialista burocrático de desenvolvimento se encontra igualmente mergulhado num impasse cujas proporções é ainda difícil determinar. Em grande parte as razões desse impasse são diferentes das do impasse do modelo capitalista de desenvolvimento e têm vindo a ser progressivamente conhecidas, à medida que se aprofunda o debate no interior das sociedades dominadas por esse modelo. Há, no entanto, razões comuns e essas, pelo contrário, têm sido muito pouco conhecidas e ainda menos discutidas. É por isso, e por as considerarmos verdadeiramente importantes, que nos debruçaremos sobre elas a seguir.

Ainda que como mera hipótese de trabalho, é hoje possível avançar que a ambos os modelos subjaz a mesma matriz de desenvolvimento e que a análise da estrutura profunda das sociedades representativas de ambos os modelos mostra que essa matriz se encontra em crise. Designaremos essa matriz por paradigma do progresso e caracterizá-la-emos do seguinte modo: a nível económico, o princípio do crescimento económico infinito e a consequente prevalência das forças produtivas sobre as relações de produção; a nível social, o princípio da estratificação assente na participação desigual no controlo efectivo (jurídico, administrativo ou económico) dos meios de produção e a consequente tendência para a degradação do processo de trabalho dos produtores directos; a nível político, o princípio da democracia de massas baseado na nivelação horizontal dos cidadãos perante o estado centralizado e forte e a consequente tendência para o desenvolvimento de grandes aparelhos burocráticos (públicos ou/e privados) ao serviço da reprodução dos esquemas de estratificação social legitimados pelos objectivos do crescimento infinito e pelos critérios de eficiência que a estes são próprios; a nível ideológico, o princípio da ciência neutra e objectiva como instrumento privilegiado da superação das diferenças ideológicas e a consequente concentração em políticas de consenso assentes na transformação dos problemas políticos em problemas técnicos.

Quer-nos parecer que esta matriz está globalmente em crise e que daí resulta, mais do que de qualquer outro facto, o impasse a que chegaram ambos os modelos de desenvolvimento a que nos estamos referindo. Em traços muito gerais a crise revela-se dos seguintes modos:

A nível económico, a ênfase no crescimento económico não resolveu e antes agravou o problema da fome no mundo, apesar de o paradigma ter permitido o desenvolvimento de tecnologias que tornaram tecnicamente possível a resolução desse problema. Aliás, pode dizer-se que esta se tornou tanto mais politicamente inviável quanto mais tecnicamente possível. É certo que ambos os modelos obtiveram conquistas importantes na satisfação das necessidades da reprodução simples e alargada da força de trabalho nas sociedades centrais respectivas e, neste campo, os êxitos do modelo socialista de estado são particularmente notáveis, tendo em conta as difíceis condições históricas em que se viu forçado a operar. No entanto, à medida que os modelos se expandiram para a periferia (por processos históricos muito diferenciados) não puderam cumprir os interesses de desenvolvimento das sociedades periféricas senão em termos da incorporação destes em esquemas previamente fixados e basicamente ao serviço dos interesses fundamentais (ainda que nem sempre dos interesses imediatos) das sociedades centrais. Esta incorporação dependente deu origem a relações económicas desiguais que se reproduziram a outros níveis da vida colectiva, interna e internacionalmente.

A nível social, o princípio da estratificação acoplado aos critérios de eficiência decorrentes do princípio do crescimento infinito, conduziu à naturalização (rigidificação) das desigualdades sociais com sedimentações múltiplas na apropriação e uso desiguais dos equipamentos económicos, sociais políticos e ideológicos colectivos. Essas desigualdades tenderam, aliás, (e têm vindo de facto) a agravar-se, abrindo um fosso, cada vez mais difícil de transpor ideologicamente, entre elas e os princípios igualitários (políticos ou também sociais e económicos) subjacentes aos modelos. A perda progressiva do controlo do processo de trabalho e do produto por parte dos produtores directos é a demonstração suprema da dinâmica estratificante em curso e não surpreende que se venham a concentrar aí as linhas de maior tensão dos modelos.

A nível político, o princípio da democracia de massas, que subjaz quer à teoria política liberal quer à teoria da democracia popular, não postula, ao contrário do que geralmente se julga, a participação activa, autónoma e potencialmente ilimitada das massas. Não constituem, por isso, desvios ao princípio, as práticas (e as teorias) políticas que, reclamando-se dele, tenderam a desenvolver canais de representação limitada e não autónoma mediante os quais foi possível controlar a participação popular na conduta da vida colectiva. Daí não decorre que tal participação tenha sido formal ou mistificadora. Pelo contrário, constituiu um avanço histórico na democratização da sociedade, uma conquista popular que tornou muitas outras possíveis. A este nível a crise do paradigma do progresso reside precisamente em que os princípios do crescimento económico infinito, da estratificação (do controlo) social e da ciência objectiva têm vindo a actuar concertadamente no sentido de restringir progressivamente o âmbito do politicamente discutível e, portanto, o significado da representação política das massas. Assiste-se, em ambos os modelos de desenvolvimento, à criação de formas cada vez mais subtis de concentração do poder no seio das quais as tecnocracias estatais se reproduzem e perpetuam, imunes à responsabilização política, quer perante os órgãos de representação popular, quer mesmo perante os governos a que sempre sobrevivem. O potencial autoritário e a dinâmica de exclusão que lhe é própria estão assim no cerne da crise de legitimação de ambos os modelos. É legítimo prever que ela possa vir a atingir níveis mais elevados no interior do modelo socialista do estado, porque, tendo as teorias da democracia popular ido muito mais longe do que a teoria política liberal na tentativa de consagração de uma participação popular eficaz e autónoma, acabaram por ter de conviver com formas de concentração do poder social e práticas políticas autoritárias cuja dinâmica de exclusão é mais forte que a das formas de concentração e práticas autoritárias nas formações capitalistas centrais.

A nível ideológico, a crise do paradigma é a crise do modelo científico saído da revolução científica do séc. XVI. Este modelo constitui uma conquista decisiva da humanidade mas o facto de não ter sido capaz de formular a relação homem/natureza senão em termos da dominação do primeiro sobre a segunda criou as condições para, uma vez integrado no processo histórico de expansão do paradigma do progresso, se transformar em agente legitimador da dominação do homem pelo homem em suas múltiplas formas. Progressivamente incorporada nos projectos de dominação, a ciência pôde legitimar simultânea e contraditoriamente, tanto a neutralização política das classes trabalhadoras e seus aliados, em nome da neutralidade da ciência, como a realização de planos explícitamente políticos, em nome do progresso científico, desde o caso Lisenko e o projecto Manhattan até às tentativas de controlo genético dos cidadãos e outras quejandas. A crise profunda deste modelo científico está em que o que antes era verosimilmente atribuível a desvios e confinável ao domínio da aplicação (que não da criação) da ciência é hoje cada vez mais remetido para o modelo científico em si, para os seus pressupostos epistemológicos e para as condições sociológicas da criação (que não só da aplicação) científica.

Parecem ser estes os traços mais vincados da actual crise do paradigma do progresso, da qual decorrem, em grande parte as crises por que vão passando os modelos capitalista e socialista burocrático de desenvolvimento. Só uma análise deste tipo permite compreender porque qualquer dos modelos procura cada vez mais fazer da presença histórica do outro a razão suficiente da sua própria sobrevivência. Dramatizam-se as diferenças para esconder as semelhanças. A verdade é que os modelos (e os grupos sociais que deles se apropriaram) deixaram de acreditar em si próprios para se legitimarem apenas por aquilo que não são e fazer disso a sua razão de ser.

POR UM NOVO PARADIGMA

Resulta da análise precedente que a luta por uma sociedade alternativa, para ser eficaz, tem de ser a luta pela substituição do paradigma do progresso por um outro que provisoriamente designarei por paradigma da sobrevivência alargada. Não faria neste momento (e neste texto) grande sentido tentar caracterizá-lo em pormenor tanto mais que se correria o risco de o fazer por oposição ao (e não, como é devido, por superação do) paradigma do progresso. Há antes que partir realisticamente do que existe para, através da sua negação utópica, fazer prolongar e aprofundar, pela reflexão, as lutas das classes trabalhadoras por um quotidiano mais rico. As transições serão múltiplas e só conduzirão à transformação social profunda se os que lutam no seio delas as souberem tornar cumulativas. Porque não se trata de tomar o poder tal como existe mas antes de o transformar radicalmente tanto na forma como no conteúdo (que não são coisas muito diferentes), e porque o poder tal como existe se manifesta e reproduz nas mais diversas áreas da vida social e não apenas naquela que se convencionou chamar política, as lutas sociais

serão as mais diversas e mais diversas serão ainda as estruturas organizativas em que se vazarão. Daí que não faça sentido estabelecer elencos mais ou menos exaustivos das lutas e estratégias organizativas a empreender. Haverá apenas, como se fará a seguir, que chamar a atenção para as armas teóricas que é necessário desenvolver para dar conta e aprofundar as lutas em seus ritmos e mutações. Por maioria de razão, não haverá que mencionar as lutas a travar pelas classes trabalhadoras e seus aliados nas sociedades dominadas pelo modelo de socialismo de estado. Por um lado, não se conhecem com profundidade as realidades dessas sociedades, o que é muitas vezes minimizado pelos críticos ocidentais menos avisados. Por outro lado, e ainda que acreditando no desenvolvimento próximo de novas formas de cooperação entre as classes trabalhadoras e intelectuais socialistas das sociedades capitalistas e socialistas de estado, cada um terá sempre de concentrar as suas forças e as suas lutas na realidade que lhe está mais próxima, na sociedade com que se compromete mais profundamente, porque quotidianamente.

Há que reconhecer que as lutas socialistas se têm mantido em geral ao nível subparadigmático, ou seja, têm-se movido no interior do paradigma do progresso sem o questionar. Este facto, como deixei sugerido, é em grande parte o responsável pelo impasse em que se encontram, tal como os modelos que criticam. Compete, pois, às classes trabalhadoras e seus aliados aprofundar as lutas socialistas até ao nível paradigmático e, uma vez isso conseguido, tentar mantê-las a este nível.

Daqui resulta que a primeira luta é precisamente a luta pela definição da crise que atravessamos. Só uma definição paradigmática da crise permite formular certas perguntas que pertencem ao nosso quotidiano e nos preocupam cada vez mais e que, no entanto, não foi até agora possível integrar nas lutas socialistas, cobrindo, pelo contrário, muitas vezes de ridículo quem as faz. Sem qualquer preocupação de sistematização, eis algumas dessas questões.

Porque é que a roda do desenvolvimento produz simultaneamente a riqueza e a miséria? Porque é que as mais nobres lutas contra a opressão e as concepções oligárquicas do poder desembocaram em soluções políticas autoritárias, com forte dinâmica de exclusão? Porque é que o progresso científico está cada vez mais intimamente ligado aos aparelhos militares e aos projectos bélicos e, portanto, à política de destruição? Porque é que sabemos cada vez mais a respeito do que nos é supérfluo e cada vez menos a respeito do que é estritamente necessário à nossa sobrevivência? Porque é que se passou, nas cidades contemporâneas, da gestão do tempo à gestão da falta de tempo? Porque é que perdemos mais tempo nos transportes quanto mais rápidos eles são? Porque é que as possibilidades de estar doente aumentam na proporção directa do aumento dos profissionais de saúde teoricamente ao nosso dispor? Porque é que poluir um rio é criminalmente menos grave que matar um homem? Porque é que não se pode beber água da torneira quer no nordeste brasileiro, por excesso de micróbios e vermes, quer em Los Angeles, por excesso de produtos químicos? Porque se lavam os dentes com detergente depois da refeição e não se limpa a mata depois do piquenique? Porque pagamos cada vez mais caro por alimentos cada vez menos ricos? Porque é que a industrialização do turismo e dos tempos livres faz com que preenchamos o nosso lazer subordinados a ritmos, controlos, programações e incómodos estruturalmente semelhantes aos que nos esmagam na fábrica ou no escritório?

Só uma crítica paradigmática poderá conferir um sentido socialista e autenticamente radical a estas questões. Para que tal crítica seja possível, são necessárias armas teóricas de que por ora não dispomos. Daí que a frente cultural seja neste momento uma das mais decisivas para as forças socialistas. É uma frente de muitas frentes que envolve a crítica de múltiplas categorias, distinções, evidências de senso comum, postulados pseudo-científicos e largamente partilhados, que o paradigma do progresso soube infiltrar no mais fundo do nosso processo de socialização. É por isso uma frente difícil, já que os elementos operativos do discurso e da comunicação estão inscritos nas nossas estruturas mentais, são «naturais» ao nosso modo de pensar e é extremamente penoso pensar sem eles.

A RELAÇÃO HOMEM/NATUREZA

Vejamos, por exemplo, a distinção homem/natureza. Desde o séc. XVI que o homem tem com a natureza uma relação estruturalmente pobre e desequilibrada, uma relação de exploração assente numa concepção unidimensional da natureza. Ao reduzir a natureza à matéria-prima sobre a qual o homem soberano inscreve o sentido histórico do processo de desenvolvimento, a ciência moderna provoca uma ruptura ontológica entre o homem e a natureza na base da qual outras se constituem (ou reconstituem), tais como a ruptura entre

o sujeito e o objecto do conhecimento e, mais tarde, a ruptura entre as ciências naturais e as ciências sociais. A natureza é desumanizada e o homem, desnaturalizado, e assim se criam as condições para que este último possa exercer sobre a natureza um poder arbitrário, ética e politicamente neutro. Mas esse homem desnaturalizado não é um homem qualquer, uma entidade abstracta, ainda que seja assim que a filosofia ocidental o concebe. Em termos sociológicos esse homem é o burguês, no sentido original da palavra, é a classe revolucionária que transporta em si o espírito emergente do capitalismo e que vai utilizar a relação de exploração da natureza para produzir um desenvolvimento das forças produtivas sem precedentes na história da humanidade. Daí que a relação de exploração da natureza seja a pré-condição da relação de exploração do homem pelo homem instaurada pelo modo de produção capitalista. As duas relações pertencem-se naturalmente e a acção sobre uma delas não deixará, por certo, intacta a outra.

Perante os resultados destrutivos, hoje evidentes, desta relação entre o homem e a natureza, uma luta socialista paradigmática terá de ser também uma luta por uma nova concepção da natureza e por uma relação mais rica e equilibrada entre o homem e a natureza. Sem cair nas concepções místicas ou alquímicas do pensamento medieval, é necessário reatar o diálogo com a natureza interrompido no séc. XVI, o que pressupõe a re-humanização da natureza e a re-naturalização do homem. Convertida a natureza em a outra face do homem, o fetichismo tecnológico cai pela base e os processos técnicos conquistados e a conquistar serão avaliados e seleccionados em função da preservação dessa identidade.

As lutas sociais dirigidas a estes objectivos pressupõem (e ao mesmo tempo criam as condições para) uma reconversão profunda dos nossos processos e categorias do conhecimento científico e desde logo um apagamento progressivo da distinção entre ciências naturais e ciências humanas. Mas, a um nível mais global, essa reconversão acabará por pôr em causa a própria distinção entre ciência e senso comum, entre práticas científicas e práticas quotidianas. O socialismo paradigmático (o único por que merece a pena lutar e senão mesmo o único viável à luz da história do futuro) distingue-se do capitalismo pela qualidade do quotidiano que instaura mais do que por qualquer outra coisa. E é por isso também que a luta pelo socialismo começa no quotidiano dos socialistas ou não começa nunca.

O PODER E A POLÍTICA

Uma outra área em que as armas teóricas de que dispomos são muito deficientes e carecem de profunda reconversão é a área tradicionalmente designada de política. O princípio da democracia de massas assenta numa divisão interna do processo social nos termos da qual a uma das áreas é cometida especificamente a função de produção e distribuição do poder. Essa é a área política e a sua constituição é fundamental para a legitimação da participação limitada no exercício do poder por parte das classes populares que, como dissemos, é inerente ao princípio da democracia de massas. A conversão da política numa prática social específica atingiu a culminância na teoria política liberal pois tanto impunha o controlo da incorporação/exclusão da classe operária no exercício do poder político capitalista. A ideia de cidadania ficava à porta da fábrica para que a política das relações de produção não se reconhecesse nas relações de produção política. As teorias da democracia popular tentaram produzir uma alternativa radical aos esquemas de representação da teoria política liberal, estabelecendo múltiplos canais de exercício autónomo e potencialmente irrestrito do poder por parte da classe operária. Sucede porém que, como dissemos, o processo histórico do modelo socialista de estado acabou por juncar de desvios e obstáculos o acesso efectivo às formações de poder entretanto instituídas.

As lutas socialistas que desde cedo surgiram nas sociedades dominadas pelo modelo capitalista de desenvolvimento têm-se confinado em grande medida, e apesar das suas formulações radicais, à concepção de política da teoria liberal, o que se reflecte nas próprias estruturas organizativas que privilegiam ou a que dão mesmo exclusividade, ou seja, os aparelhos e estruturas partidárias enquanto máquinas especializadas na produção de um artefacto igualmente especializado chamado oposição política.

É urgente questionar esta concepção de política e as que lhe servem de suporte, ou seja, a concepção de poder e a própria concepção de estado. Para isso é necessário partir da ideia de que a política é uma prática social global porque os mecanismos de poder se reproduzem em toda a parte. Sem dúvida que o estado capitalista (e a forma de poder em que se consubstancia) é hoje uma entidade específica e dominante. Nele se condensam as contradições de classe e se accionam os mecanismos de poder necessários para as manter em níveis de tensão funcionais do ponto de vista da reprodução da dominação classista. Tem-se mesmo dito, que à medida que o estado

se constitui em garante das condições gerais de acumulação e juridifica as relações trabalho/capital até aos últimos detalhes, as lutas socialistas tendem a deslocar-se do local e processo de trabalho para a arena do estado. Isto, que é verdade, não é, contudo, a verdade toda, porque o que sucede não é tanto a transferência do núcleo das lutas de classe do processo de trabalho para o estado, mas antes a criação no processo de trabalho de sistemas de controlo que se aparentam ou são mesmo estruturalmente idênticos aos que subjazem ao poder do estado. De facto, os estudos, hoje numerosos, sobre o processo de trabalho no modo de produção capitalista têm chegado a duas conclusões principais. Por um lado, o processo de trabalho tem-se degradado progressivamente com a perda de controlo do processo de trabalho por parte dos produtores directos, com a relação material e cognitiva cada vez mais remota entre o produtor e o produto acabado e com a crescente estandardização e monotonização das tarefas. Por outro lado, as formas de controlo sobre o processo de trabalho e, portanto, sobre os produtores directos têm evoluído do controlo directo (exercido fisicamente pelo patrão ou capataz nos locais da produção) para o controle técnico (exercido através da concepção e do ritmo das máquinas) e deste para o controlo burocrático (exercido através de regulamentações e orientações gerais sobre o comportamento no local de trabalho e até fora dele). Estas diferentes formas de controlo estão presentes simultaneamente no interior do espaço produtivo nacional, em combinações e graus diferentes consoante a estrutura do aparelho produtivo. Verifica-se que o controlo burocrático, dominante no sector produtivo mais avançado, é um controlo inteiramente juridificado, um controle de tipo estatal. Um controlo estatal fora do estado. O facto de as estruturas do poder estatal se reproduzirem para além dos aparelhos de estado revela as insuficiências das actuais concepções do estado e das relações entre o estado e a sociedade civil. Aliás, é sobretudo a distinção entre estado e sociedade civil que está em causa e perde progressivamente o sentido. Neste processo o que importa, pois, não é tanto a deslocação do centro das lutas socialistas do processo de trabalho para outras arenas, mas antes a transformação das lutas no processo de trabalho em lutas políticas, e, portanto, em lutas pela transformação do poder que este processo gera.

E saindo da área de produção para a área de reprodução ou seja para a família, a habitação, a educação, o lazer, os mass-media, as relações homem/mulher, são detectáveis outras formas de poder que constituem aquilo a que noutro lugar

designei por poder caósmico. Trata-se do poder emergente da multiplicidade das relações e intervenções sociais sempre e na medida em que estas assentam na desigualdade. É um micro-poder, atomizado, acêntrico e sem localização específica. Distingue-se do poder jurídico que, ao contrário, é um macro-poder formal exercido em instituições hierarquicamente dispostas, um poder que designo por poder cósmico e que se consubstancia primordialmente no estado. Em meu entender, a sociedade capitalista assenta nesta concepção dualista de poder. As duas formas de poder correspondem às duas formas básicas de desigualdade social, isto é, a macro-desigualdade de classe a micro-desigualdade da interacção social. O poder cósmico e o poder caósmico são complementares e cada um deles cria as condições para a reprodução e a tolerabilidade do outro. Não obstante, a teoria política liberal assenta na recusa militante do poder caósmico e dela parte para formular a distinção entre estado (o reino do poder) e a sociedade civil (o reino da liberdade e da igualdade) e para, logicamente, reduzir a área da política ao espaço do poder cósmico.

Decorre da análise precedente que, neste domínio, a luta socialista paradigmática deve incidir na criação de uma alternativa à concepção liberal do poder e da política, na reivindicação da existência de diferentes formas de poder e alargamento da acção política a todas elas. Para não cair em voluntarismos confusionistas há que reconhecer, concomitantemente, que tal como as formas de poder são diferentes, diferentes deverão ser as práticas políticas que se lhes opõem, porque o essencial é que sejam *práticas* e que no seu exercício diferenciado se articulem no sentido da globalização da política.

REVOLUÇÃO E REFORMA

Para a concepção globalizante da política socialista aqui apresentada, a tomada do poder é o último estádio da transformação do poder e não o primeiro. Obviamente, a concretização desta ideia (como a de quaisquer outras) deve mergulhar nas condições históricas específicas das sociedades em que ocorre e a este nível é particularmente decisiva a distinção entre as formações de poder dos países centrais e dos países periféricos. De todo o modo esta concepção não pode conviver facilmente com estratégias e tácticas que partem doutras concepções muito diferentes se não mesmo opostas. Exige-se também aqui um profundo trabalho de destruição e de

reconstrução teórica. E no centro desse trabalho estão os conceitos de revolução e de reforma. As forças socialistas têm vivido sob o império da concepção leninista da revolução, tanto quando a adoptam como quando a combatem. Sendo um facto histórico explicável e compreensível, é hoje pernicioso — tanto quanto o conceito de reforma, que lhe é contraparte, e que foi historicamente apropriado pela social-democracia.

A revolução socialista é o processo social mais ou menos longo de transformação global das diferentes estruturas de poder das sociedades capitalistas, no sentido da democratização global da vida colectiva e individual. É a totalidade histórica em que culmina o conjunto das reformas socialistas dispersas no tempo e nas diferentes práticas políticas e articuladas de modo a maximizar o seu potencial cumulativo.

Não é assim possível pensar separadamente os conceitos de revolução e de reforma. Só que ambos têm de ser pensados de modo muito diferente do que até agora dominou no campo socialista. Eis o que caracteriza a reforma socialista e a distingue claramente da reforma social-democrática. Em primeiro lugar, a reforma socialista não distingue, nem no plano táctico nem no plano estratégico, entre o processo e o resultado da luta, no convencimento de que, em seu sentido e valor político, o resultado é o que tiver sido o processo que lhe deu origem. As lutas pelo salário e pela habitação distinguem-se pelos objectos a que se dirigem, mas não necessariamente pelos processos em que se desenrolam. A distinção entre lutas primárias (com objectos na área de produção) e lutas secundárias (com objectos na área de reprodução) deve ser abandonada porque conduz à sobrevalorização dos resultados das lutas em detrimento dos processos que os produzem. Em segundo lugar, estes processos, sendo diversificados nas circunstâncias concretas em que ocorrem, partilham, como característica essencial, o objectivo de maximizar o denominador comum de participação nas lutas e seus resultados. Ou seja, a opção de classe das reformas e a sua eficácia socialista avalia-se em função do aprofundamento do conteúdo democrático das relações sociais por elas obtido, tanto no processo de luta como na fruição dos resultados. Em terceiro lugar, as reformas socialistas visam concentrar, e não dispersar, as contradições da sociedade capitalista e, por essa via, instabilizar as relações de poder em que se reproduz a dominação em suas múltiplas formas.

Em suma, as reformas socialistas visam a ruptura democrática, ou seja, a revolução socialista e esta por sua vez não é qualitativamente diferente das reformas que a precedem e a possibilitam. A revolução socialista será o que tiverem sido as reformas que a forem constituindo. Daí que a dicotomia reforma/revolução nos termos em que tem vigorado tenha de ser superada. É necessário revolucionar as reformas e reformar a revolução. Para que quem está maximamente interessado na ruptura revolucionária tenha de estar, sob pena de incoerência, maximamente interessado nas reformas, por mínimas que sejam em seus resultados parcelares.

Nesta perspectiva uma outra distinção deve colapsar: a distinção entre lutas democráticas e lutas socialistas tal como foi concebida pela 3.ª Internacional. Esta distinção, embora tacticamente útil nos períodos de resistência anti-fascista, acabou por estabelecer uma ruptura entre democracia e socialismo, convertendo, na melhor das hipóteses, a primeira em fase preliminar do segundo. Esta exteriorização recíproca da democracia e do socialismo legitimou todas as formas de manipulação, viciação e até eliminação do exercício democrático sempre que tal foi julgado necessário para a prossecução dos objectivos socialistas. A degradação táctica e estratégica da democracia acabou por se transformar em elemento constitutivo das estruturas e práticas partidárias da 3.ª Internacional. Os efeitos negativos destas concepções para as lutas socialistas começam hoje a ser conhecidos, avaliados e criticados. Num tempo histórico em que, como deixamos dito acima, as novas formas de autoritarismo pactuam com o exercício democrático, limitando-o sem o excluir, cabe aos socialistas lutar pelo aprofundamento desse exercício no sentido acima exposto, ou seja, no sentido da obtenção do máximo denominador comum de participação democrática autónoma em todas as áreas da acção social sobre que as lutas incidem. Sobretudo nos países da periferia europeia em que, como também se deixou dito, a dinâmica autoritária da exclusão tende a sobrepujar a dinâmica social-democrática da participacão limitada, cabe às classes trabalhadoras empunhar a bandeira das lutas democráticas enquanto lutas pelo socialismo. O socialismo não é outra coisa senão a globalização da democracia. Deste modo, não se combate o capitalismo por ser democrático mas antes por não o ser e não o poder ser plenamente. Porque os processos e os resultados das lutas socialistas são concebidos e avaliados na sua unidade dialéctica, o uso das formas políticas da democracia liberal não é um mero expediente táctico a descartar logo que se recomende. Tais formas

constituem um avanço histórico importante donde se há-de partir para novos aprofundamentos do exercício democrático. A democracia parlamentar é, pois, um ponto de partida (imprescindível, pelo menos nas condições históricas da Europa), mas não um ponto de chegada. A sua transformação no interior de uma política socialista levará por certo a integrá-la com outras formas democráticas, nomeadamente com a democracia directa ou de base.

A FRENTE CULTURAL

Um programa de reflexão como o que acaba de ser exposto não pode ser um mero exercício intelectual para intelectuais. Para ter eficácia socialista deverá plasmar as práticas concretas das classes trabalhadoras e seus aliados em luta pelo socialismo, conferindo-lhes maior profundidade e transparência tanto nos processos como nos objectivos. Para isso é necessário transformar esta e outras reflexões em matéria de discussão com vista à criação de um projecto e de uma frente cultural socialistas. Não é tarefa fácil, sobretudo no nosso país onde, como se tem reconhecido, o projecto cultural de direita continua dominante e intacto apesar das mudanças havidas depois de 25 de Abril de 1974. É ainda mais importante reconhecer que esse projecto, sendo de direita, habita tanto a esquerda como a direita. A frente cultural a empreender terá de ser uma frente *contra nós* antes de ser uma frente *contra os outros*.

Para além dos condicionalismos específicos da sociedade portuguesa contemporânea, a criação de uma frente cultural socialista é uma tarefa difícil porque tem lugar num mundo dominado pela cultura de massas e porque tem de se afirmar contra esta, utilizando-a. A cultura de massas caracteriza-se em geral por: unidades de informação e de cultura transmitidas ao mesmo tempo a muitas pessoas e sem diferenciação; transmissão vertical com exclusão da resposta e a consequente polarização emissor/receptor; a persuasão dos artefactos informativos e culturais em razão da autoridade das fontes transmissoras. Concomitantemente os artefactos da cultura de massas caracterizam-se em geral pela: busca do menor denominador cultural comum; trivialização pela repetição (repetição sem texto originário); variação mínima de padrões como princípio de mercadorização da narrativa; predominância da cultura reconfortante sobre a cultura inquietante. Em face desta caracterização não é difícil descortinar que a frente cultural socialista se encontra ponto por ponto nos antípodas da cultura de massas. A frente cultural socialista é um processo de produção cultural que visa: a superação da polarização e mesmo da distinção emissor/receptor; a horizontalização e especificação da comunicação em cada uma das práticas sociais em que se constitui; a persuasão assente na partilha da informação, do discurso e da argumentação; a busca do máximo denominador cultural comum; a recusa da trivialização pela introdução do sublime e do extraordinário (da utopia, em suma); a desmercadorização da narrativa pela criação de valores culturais de uso; o equilíbrio dinâmico entre a cultura inquietante e a cultura reconfortante.

Em suma, enquanto a cultura de massas assenta na distribuição do silêncio às classes populares, a frente cultural socialista luta por que estas retomem, ou melhor, recriem a palavra e façam dela o instrumento de produção cultural colectiva, e o sinal da sua presença na história. Isto não significa que a frente cultural socialista não possa e não deva utilizar a cultura de massas jogando nas contradições internas desta, tentando libertar para o uso autónomo das classes populares as imensas potencialidades técnicas que a cultura de massas acumulou.

Dentro e fora da cultura de massas a frente cultural socialista poderá e deverá integrar criativamente muitos dos processos e artefactos da cultura popular tradicional (que, como é óbvio, nada tem a ver com a cultura de massas). Numa formação social como a portuguesa, só pela articulação dos modos de produção cultural e simbólica se obtém o ajustamento e a flexibilidade desejáveis no interior das práticas sociais.

Acima de tudo, compete à frente cultural socialista transformar em experiência e vivência quotidianas a ideia de que a cultura é elemento constitutivo de todas as práticas sociais, inclusivé das práticas mais «puramente» económicas. As distinções entre base e superestrutura ou entre as diferentes instâncias da prática social devem ser entendidas de modo a não pôr em causa esta ideia. É por isso que a luta pelo salário, por exemplo, pode e deve ser concebida como uma luta também cultural. Uma concepção amputada do marxismo levou-nos a pensar que cá em baixo está a economia e lá em cima a cultura. A sociedade não é um tiroliro, não deixemos que as nossas lutas o sejam.

25 de Abril de 1981